



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 1ª Sessão Ordinária / 23 de abril de 2025

PREÂMBULO

---Aos **vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 18/12/2024; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 29/01/2025; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30/01/2025; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2025 (PPI e PPA); -----

---**Ponto 8** – Apreciação do Inventário a 2024/12/31; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e aprovação do Protocolo de Parceria referente ao Grande Arraial de Belém 2025; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Artística de Música do Conservatório Nacional; -----

---**Ponto 11** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal; -----

---**Ponto 12** – Apreciação e aprovação do Regulamento da 1.ª Edição do Belém Basket; -----

---**Ponto 13** – Apreciação e ratificação do Protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico de Lisboa e de Aclimação em Portugal, S.A.; -----

---**Ponto 14** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a CEFAD – Formação Profissional para enquadramento de formandos em contexto de trabalho do Curso de Especialização Tecnológica; -----

---**Ponto 15** – Apreciação e aprovação das alterações ao Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 16** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por António Pedro da Fonseca Delicado (PSD), e secretariada por Samuel Serrano (PSD), em substituição de Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), Primeira Secretária, e Teresa Alvadia (PSD), Segunda Secretária, em substituição de Gabriel Maria Simplício Batista Fernandes (PSD). Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---José Pascoal, em substituição de Maria António Balula Santos (PSD)-----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Filipa Joana Silva Machado (CDS-PP)-----

---Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----

---Rita Neves, em substituição de Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Luísa Dornelas, em substituição de Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Diogo Gomes, em substituição de Pedro Ribeiro Ferreira de Lancaestre (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- Bárbara Mendes (Munícipe) ---

O que me traz aqui, já me trouxe na última Assembleia, de dezembro (salvo erro), que foi relativamente à utilização de sopradores de folhas pela Junta de Freguesia aos fins de semana.

Eu apresentei uma queixa à Câmara Municipal e à Polícia Municipal no início de 2024. Tanto a Polícia Municipal, como a Câmara Municipal, responderam por diversas vezes, por escrito, que esta atividade não pode ser realizada aos sábados, aos domingos e aos feriados, e só pode ser praticada nos dias úteis, das oito da manhã às oito da noite.

Depois de muitas exposições à Junta de Freguesia, de muitas idas da polícia e da GNR aos próprios locais, enquanto os sopradores faziam as suas atividades, às oito da manhã dos sábados, a Junta de Freguesia nunca corrigiu esta posição e manteve, durante mais de um ano, a limpeza reiterada, todos os sábados, com sopradores – dois sopradores a combustão, ainda por cima.

Na última Assembleia, o Presidente da Junta, perante a minha intervenção, respondeu que eu teria sido mal aconselhada na Câmara Municipal, que fui atendida por alguém que não sabia o que estava a fazer, e que teria ido à Câmara falar com alguém de relevo para resolver o assunto. Não sendo sequer isso verdade, porque eu tenho *e-mails* da Câmara Municipal, nas semanas anteriores à Assembleia, a reiterarem a posição de que esta atividade é ilícita aos sábados e domingos, eu apresentei uma queixa na Provedoria de Justiça, que veio reiterar a posição já sustentada pela Polícia Municipal e pela Câmara Municipal, de que estas atividades não podem ser praticadas ao sábado e domingo, que é uma grave violação do direito ao descanso e uma violação do Regulamento Geral do Ruído.

Com isto, eu quero perguntar ao Presidente da Junta em que é que ficamos. A Polícia Municipal está errada, a Câmara Municipal, que é a entidade fiscalizadora, está errada, e a Provedoria de Justiça também está errada? Com base em quê, e com que sustentação jurídica é que a Junta de Freguesia mantém esta violação reiterada, pelo menos há mais de um ano, do Regulamento Geral do Ruído?

Por último, e também associado ao ruído, na mesma rua onde eu vivo, à frente do meu prédio há um parque de estacionamento, que a juntar à festa dos sopradores, às oito da manhã, ao sábado, temos uma rulote que foi – assumo eu, e deixo aqui a questão – licenciada pela Junta de Freguesia, rulote esta que só trabalha de madrugada – abre normalmente às dez, onze da noite, e trabalha até às seis da manhã. Escusado será ter de explicar que tipo de clientela, às três, quatro, e uma da manhã, é que uma rulote noturna traz para a frente de um prédio habitacional.

E portanto, eu queria perceber quem é que a Junta de Freguesia está a proteger. Quem mora naquela rua e quem mora nesta freguesia não está certamente salvaguardado e protegido no seu direito ao descanso na sua habitação. E eu queria perceber com que ponderação é que foi licenciada uma rulote, também para a frente de um prédio habitacional, que só funciona às tantas da madrugada.

Eu tenho aqui cópias da resposta da Provedoria de Justiça, para que não aconteça como na última Assembleia, aqui as minhas palavras serem colocadas em causa.

--- Presidente do Executivo ---

Sobre esta questão que acabou de ser posta pela Sra. Bárbara Mendes, cheia de imprecisões, tenho de responder o seguinte: penso que já foi respondido na última reunião – aliás, está exarado em ata – o que se passava.

Portanto, na altura, esta senhora apresentou queixa na polícia – nem foi na Municipal, foi na Esquadra de Belém – e depois, também na Câmara. A pessoa da Câmara não era habilitada para responder a isto, não sabia, desconhecia, segundo o que me foi dito pelas hierarquias. E portanto, foi desautorizada, porque tinha dado uma falsa informação, não estava ao corrente do que se passava. E nós, depois, também explicámos – eu também sou advogado, por acaso; por acaso, também sou advogado – e de maneira que vi o diploma, o diploma permite a quem está a tratar da higiene urbana, Município ou autarquia de freguesia, fazer nos seus planos de limpeza essa atividade aos fins de semana. Nós, claro, tentamos não fazer logo às oito da manhã, e isso eu sei que não estamos a fazer às oito da manhã, é mais a meio da manhã, mas até uma vez, ao meio-dia, refilaram, por exemplo – e iam para a praia até, nessa altura.

Bem, de qualquer forma, o que eu estou a dizer é que depois de falarmos, para clarificar essa situação, e nós termos exposto os nossos pontos de vista, pronto, está na Lei a alínea própria – não vou repetir aquilo que já foi dito – que nos permite, ao contrário do que foi dito, nos nossos planos de limpeza, utilizarmos o fim de semana. E por quê? Não é uma birra que nós tenhamos; é porque aquele parque, que é um parque de dissuasão, é um parque que é utilizado muito durante o dia, nomeadamente aos dias de semana, para se apanhar o comboio. E portanto, está mais livre ao fim de semana. Por isso, é melhor para se limpar o parque ao fim de semana.

Nas nossas escalas desta freguesia enorme, os parques de estacionamento, nomeadamente aquele, estão previstos aos fins de semana, porque é quando há menos carros, que é quando se pode melhor fazer a limpeza adequada, através dos meios mecânicos que temos.

Portanto, temos algum cuidado para não ser logo de manhãzinha – como podíamos fazer, a partir das oito da manhã – temos o bom senso de pôr um bocadinho mais tarde, em condições normais, durante a manhã.

E quanto à *food truck* de que fala, já ali está há muitos anos. Eu não me lembro de ter autorizado aquilo, já estava uma vez autorizado. Eu não me lembro, penso que já estava anteriormente. Mas, até conheço a situação, falei com eles, para terem mais cuidado, eles dizem que estão a ter cuidado com isso, como é evidente, não deixarem as pessoas estarem ali a fazer barulho. E, realmente, é útil, é útil para quem às tantas da noite quer comer um cachorro, ou um hamburger, é ali um sítio onde se pode fazer isso. Claro, estando numa situação normal, como eles estão – pode haver um caso ou outro, mas não temos informação disso.

E portanto, não têm havido muitas queixas, a não ser das mesmas pessoas. E digo, há muitos anos, mas mesmo muitos anos, eu não me lembro de ter autorizado esta *food truck*, já devia estar antes de mim, que isto está autorizado e está a funcionar em condições, sem grandes problemas.

Quanto à questão da limpeza, sim senhora, tenho um pedido da Provedoria de Justiça, de informações. Eles estão mal informados, eles julgam que isto é só porque está a chover, e cria muitas folhas. Não é nada por causa disso; fundamentalmente é porque ao fim de semana – que não referem isso, é engraçado, não sei quem é que lhes passou a informação, eles não referem que ao fim de semana há menos carros, e portanto, que é a altura mais adequada para se limpar aquele parque.

Mas, portanto, em devido tempo havemos de informar a Provedoria de Justiça sobre esta matéria específica. Estamos num país democrático, é normal que haja estes pedidos, qualquer cidadão – e ainda bem – pode fazer isso. Eu lembro-me, estava eu no Ministério da Justiça quando foi criada esta figura do Provedor de Justiça, há muitos anos. E portanto, sei que é uma figura com origem na Suécia, mas que nós, depois, assumimos isso. E, de facto, é bom para o nosso sistema democrático, para ajudar os particulares para obterem informações dos diferentes níveis de poder, sobre certo tipo de matérias que estão dúbias. Neste caso, não é o caso, não é nada dúbia, é mesmo uma situação concreta – aliás, vamos enviar fotografias, várias fotografias, de vários dias, quer dos dias de semana, quer aos fins de semana, para verem que não é uma birra, e que é um facto concreto.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu queria aproveitar este período de tempo, eu lembro-me perfeitamente da anterior deslocação desta freguesia, a colocar a mesma situação, na última Assembleia de Freguesia. Eu só gostaria de perguntar ao Sr. Presidente com que base, em que elementos, é que afirma que o contacto que foi feito junto da Câmara Municipal não foi um contacto com as pessoas devidamente credenciadas, ou devidamente responsáveis para resolver esta situação, e que são pessoas que estão mal informadas.

Eu gostaria que esclarecesse essa questão à Assembleia.

E aproveitar para dizer que lamento isto, mas, de qualquer forma, irei ler com atenção este documento que o Sr. Presidente da Assembleia fez o favor de permitir distribuir, e na eventualidade de alguma dúvida, permitir-me-ei entrar em contacto convosco.

--- Presidente do Executivo ---

Foi de tal forma um contacto estranho, eu até achei estranho a Câmara estar a responder através de técnicos, e não através da cadeia hierárquica que existe, que geralmente as comunicações deste género são remetidas pelos dirigentes. Neste caso, não, foi um técnico normal que respondeu.

E depois, quando nós, junto da Câmara, de quem de direito, das hierarquias, mostrámos a Lei, que ele estava errado, foram ver, e pediram-me desculpa, de facto, porque ele estava errado,

meteu-se numa situação em que devia ter posto a questão à hierarquia, antes de uma forma tão voluntária – que até levantou, na altura, algumas suspeitas, porque era um técnico que estava a responder diretamente às pessoas, em vez de ser através da hierarquia, dos seus chefes.

E por isso mesmo, o que se passou foi isso. Perguntei à hierarquia – o Sr. Presidente da Junta fala com as hierarquias da Câmara – se era normal um técnico fazer essas informações, e se ele estava correto, e expliquei por quê, juridicamente, a razão. Estamos num Estado de Direito, as leis são para ser aplicadas para todos, e não só para alguns que se movimentam. É para toda a gente. E nós estamos aqui a zelar pelo espaço público, pelo bem público. E portanto, quando temos razão, desculpem lá, não há poderes e conhecimentos quaisquer que se sobrelevem a isto.

E portanto, estamos apenas a aplicar a Lei, e são questões muito graves, de saúde pública, que podem estar em causa, se não continuássemos a nossa atividade, dentro da legalidade, a limparmos a cidade.

--- ??? (PS) ---

Queria só pedir ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que fizesse o favor de responder à questão colocada pelos fregueses, no que diz respeito ao licenciamento da rulote em questão, porque eu própria tenho algumas dúvidas relativamente à possibilidade de fazer um licenciamento desta natureza até às horas em que a rulote funciona, e gostaria de compreender em que moldes é que esse licenciamento foi feito.

--- Presidente do Executivo ---

Está-me a perguntar os termos do licenciamento daquela *food truck*?

--- ??? (PS) ---

Estou a pedir que responda à questão colocada pela munícipe, a questão de como é que foi licenciada, e qual é o horário daquela rulote.

--- Presidente do Executivo ---

O horário da rulote? O horário da rulote depende se é dia de semana, em alguns dias está fechada, em outros está aberta. Não sei agora de cor, isso está lá na licença. Mas, tenho ideia de que são alguns dias de fim de semana até às quatro da manhã, há outros dias em que é mais cedo. É o mesmo género daquela outra que está ali em cima, nas Torres do Restelo, ao pé do Centro Veterinário, mas são de pessoas diferentes. Mas, são os sítios em que, em Belém, se pode petiscar às tantas da noite, é essa e é a de lá de cima.

E portanto, é de madrugada, eles praticamente vivem durante a noite, exercem a sua atividade durante a noite. Ao fim da tarde, não, já mesmo à noite, às onze horas, meia-noite, iniciam a atividade. É o tipo de *food trucks* típicas, existem várias na cidade e arredores.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Patrícia Campos (PS) ---

Agradecer à Junta por ter feito este investimento nos novos microfones, que, realmente, os últimos estavam uma desgraça.

Eu passo, então, a ler o nosso voto de pesar.

Voto de Pesar (*Anexo 1*).

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Muito obrigado, Patrícia, pelas palavras bonitas que disse. O Papa Francisco é, de facto, algo que é transcendente, e que todos respeitamos e homenageamos. E o PSD e o CDS também o querem fazer, e apresentam o seu voto de pesar, nos seguintes termos:

Voto de Pesar – “Falecimento do Papa Francisco” (*Anexo 2*).

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, eu só gostava de saber aqui uma questão, que é o seguinte: temos aqui um membro da CDU, ou do PCP? Porque, vamos lá ver, as coligações extinguem-se no momento das eleições. A CDU, que eu saiba, era uma coligação. Extinguiu-se, elegeu uma pessoa, que é do PCP. Por que é que continuam a dizer que é o eleito da CDU, quando a CDU se extinguiu, e é PCP?

Nós somos uma coligação, e há o PSD e há o CDS, desta coligação que era da AD. Quer dizer, por que é que há de haver sempre esta exceção, a chamar “CDU”? Por que é que não se chama “PCP”?

É só uma questão que eu gostava de ouvir, se faz favor.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Da parte da Mesa, a designação referente ao membro representante da coligação que permitiu a eleição de um membro para esta Assembleia, refere-se sempre ao Partido Comunista.

Portanto, da parte da Mesa, não há qualquer dúvida sobre a natureza e a pertença do representante em questão. Se nos papéis eventualmente apresentados há menções – e efetivamente as há – nós interpretamo-las da forma adequada, no quadro da Legislação em vigor, penso eu.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu até consigo compreender a observação do Sr. Presidente, mas eu creio que ele não tem totalmente razão, porque o documento está perfeitamente identificado, Coligação Democrática Unitária, Partido Comunista Português, e depois, é assinado “Assembleia de Freguesia de Belém, o eleito da CDU”.

Eu posso aceitar, mas a moção está claramente identificada, “Partido Comunista Português”, e portanto, não percebo esta intervenção extemporânea, nomeadamente cortando uma atenção que a Assembleia de Freguesia estava a dar a uma pessoa que, de facto, é relevante. Estas questões que foram colocadas não merecerão uma nota de pé de página desta reunião.

- Voto de Pesar (PS). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

- Voto de Pesar “Falecimento do Papa Francisco” (PSD/CDS-PP). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

O plenário guardou um minuto de silêncio em memória do Papa Francisco. -----

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Celebrar abril, e referir abril, é um momento particularmente relevante, do ponto de vista social, e do ponto de vista político.

Eu queria, de qualquer forma, até aproveitando esta oportunidade, saudar todos aqueles que se reuniram, há pouco, no Largo da Princesa, numa iniciativa organizada para este fim. E celebrar abril, como lá foi dito, nos tempos que correm, é importante, nomeadamente para dizer que não temos medo, e que somos suficientemente amplos para não voltar atrás. E essa questão é uma questão hoje muito evidente.

A proposta que apresentamos refere e sublinha o carácter libertador da revolução, sublinha as transformações que a revolução permitiu na sociedade portuguesa, e daí a revolução, o 25 de abril não ser um momento de transição, ou um momento de evolução; ser, de facto, um acontecimento de carácter revolucionário, porque foi às raízes – as mesmas raízes que o Papa Francisco referia nos textos que fez, porque, de facto, me lembro, um dos aspetos importantes do Papa Francisco é que o Papa Francisco não ficava por diagnósticos e por lamentações; o Papa Francisco, de facto, identificava as causas estruturais. E eu creio que a revolução fez isso, foi ao fundo, foi à raiz.

Sublinhamos também a importância do combate ideológico que hoje existe, nomeadamente em frente daqueles que pretendem branquear o fascismo, e aquilo que foi o fascismo em Portugal. E também queremos associar, porque estamos numa Assembleia de Freguesia, um órgão do Poder Local Democrático, associar a esta celebração do 25 de abril a celebração da institucionalização do Poder Local Democrático, que estes órgãos constituem.

E ficava-me por aqui, creio que é o substancial da moção que apresentámos.

Moção – “Comemorar Abril, afirmar o poder local democrático” (Anexo 3).

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Nós também temos aqui uma moção de apoio ao 25 de abril.

Moção – “Moção de apoio ao 25 de abril” (Anexo 4).

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Não é uma moção, mas um voto de saudação, que entendemos que vamos saudar duas datas que são importantes na democracia, o 25 de abril e o 1.º de maio, que são, realmente, duas datas de extrema importância que devemos assinalar todos os anos.

E passarei a ler este voto de saudação.

Voto de Saudação – “Pelo 51.º aniversário do 25 de abril de 1974, pelo dia 1 de maio e pelo restabelecimento da democracia portuguesa” (Anexo 5).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É para fazer um comentário à moção apresentada pelo PSD e pelo CDS.

A segunda frase da moção diz “à beira de meio século desde que o Estado Novo foi deposto, aproveitamos para saudar algumas conquistas de abril”. Pronto, a moção parava aqui.

Eu gostava de ler um poema de Sophia de Mello Breyner, que ela dedicou ao 25 de abril, e que dizia ela:

“Esta é a madrugada que eu esperava, o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo”.

Volto à segunda frase da moção do PSD/CDS, “à beira de meio século desde que o Estado Novo foi deposto, aproveitamos para saudar algumas conquistas de abril”. A pergunta que me apetece fazer, que é uma pergunta de retórica, é a seguinte: o que é que não perceberam? O que é que não perceberam? Isto é, é possível saudar o 25 de abril, saudando “algumas” conquistas de abril, isto é, não saudando outras? Vou pôr, por exemplo, um exemplo: saudamos a reforma agrária, ou não saudamos a reforma agrária, e queremos homenagear o poder do latifundiário? Saudamos o salário mínimo, ou não saudamos o salário mínimo, e queremos elogiar as condições de exploração que eram feitas nos monopólios associados ao poder político e cultural do regime do Estado Novo, que foi deposto? Saudamos o desenvolvimento e a estratégia de desenvolvimento social e económico do país, ou não saudamos isto, e queremos elogiar o poder dos monopólios, dos latifundiários associados à PIDE? O que é que não saudamos?

Isto é, é possível fazer uma saudação consciente e verdadeira ao 25 de abril, saudando “algumas” conquistas do 25 de abril?

Eu acho que hoje é preciso dizer, “25 de abril sempre”, tudo, inteiro e limpo, e fascismo nunca mais, obviamente.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Caro Josué, muito obrigado pelos seus comentários. É a chamada demagogia pura do Partido Comunista, porque, enfim, relendo isto, “algumas conquistas”, se eu estivesse a falar aqui das conquistas todas de abril, então estávamos aqui a noite toda, porque foram muitas, de facto. Foram muitas. E se for ler a outra frase, seguinte, “*saudamos a liberdade, não de alguns, mas de todos*”, e o “*todos*”, “*todos*”, “*todos*”, hoje em dia, o Josué sabe o que quer dizer.

Portanto, acho que fez demagogia, não concordo com a sua intervenção, não foi certamente com a intenção de escrever tudo o que abril conquistou, porque para isso tínhamos de ficar cá a noite toda, que há muita coisa – muita coisa – que abril conquistou, e foram assinaladas umas partes importantes daquilo que nós entendemos, se calhar, do subscritor que fez, mas é de todos, a liberdade é de todos, e não de alguns. E isso foi o parágrafo que o Josué se esqueceu de ler, porque se tivesse lido, se calhar não tinha tido essa intervenção.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Eu teria muito também a responder ao Josué Caldeira, mas com a mesma limpeza e franqueza, dizer-lhe que o CDS não votará a moção do PCP.

Deixe-me explicar-lhe uma coisa – explicar-lhe, sem qualquer paternalismo, peço desculpa – deixe-me explicar-me, ou explicar-nos: nós, quando concordamos, subscrevemos ou aprovamos; nós, quando não concordamos, mas respeitamos, abstermo-nos; e nós, quando discordamos, votamos contra.

E por isso, vamos votar contra a moção do PCP, não pela parte da opinião – seria o que mais faltava, quando se está a celebrar o 25 de abril, como por exemplo, quando fala nas décadas de políticas de direita, que apesar de aqui o CDS se sentir representante de direita, sabemos bem que para o PCP está a falar de todas as outras pessoas que estão nesta sala, incluindo muito especialmente o próprio Partido Socialista, mas exatamente porque o que faz na moção é aquilo que diz que é contra, que é rasurar a memória e falsificações.

Quando o PCP escreve, e pede o voto para exigir que – e quero citá-lo corretamente – “*se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas*”, ora, eu lembro que o PCP, que é um Partido com uma longa história, e que gosta de história, o PCP, no dia 2 de abril, na aprovação da Constituição, fez uma declaração de voto que ficou famosa, que diz: “*O PCP não reivindica a Constituição como propriedade sua, nem a lê pela metade*”. O problema é que o PCP lê a Constituição pela metade. Lê, porque pelo menos mais de metade da vida da Constituição, está lá um artigo, o 256.º, colocado na revisão constitucional de 1996 ou 1997 – aliás, aprovada pelo PSD e pelo PS, foi votada contra pelo CDS e pelo PCP. E esse artigo diz, muito claramente, o seguinte: “*A instituição das regiões administrativas...*” – que, passo a explicar, está, de facto, na Constituição, e é o que o PCP diz que falta cumprir, e que exige que nós votemos para que se cumpra – “*... depende da Lei prevista no artigo anterior e do voto favorável expresso pela maioria dos cidadãos eleitores que se tenham pronunciado em consulta direta, de alcance nacional, e relativo a cada área regional.*”

Ora, o PCP rasura este artigo e rasura a história, porque isto aconteceu, os portugueses e as portuguesas foram chamados a votar isto, democraticamente, num referendo, em novembro de 1998, e 63% dos portugueses derrotaram a posição do PCP – apesar de tudo, foi uma vitória, foi a maior percentagem que alguma vez teve numa votação nacional, se, essa sim, reivindicar como sua.

Mas, a verdade é que a história e o voto expresso de 63% dos portugueses merecem ser referidos, e não como uma exigência, a dizer que falta cumprir abril, porque a Constituição não deve ser lida pela metade, não nos devemos esquecer do que lá está. E o que lá está foi cumprido, aos portugueses e às portuguesas foi pedida a opinião e a consulta popular, e os portugueses disseram “não”. Pode não concordar, mas disseram “não”.

Ora, por isto votamos contra, porque o CDS respeita demasiado a expressão do voto dos portugueses, do voto democraticamente expresso dos portugueses, para aprovar qualquer exigência contra a vontade democraticamente expressa pelo povo – sempre, e especialmente no 25 de abril.

- Moção “Comemorar Abril, afirmar o poder local democrático” (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com os votos contra do PSD e CDS-PP, e os votos a favor do PCP, PS e IL. ---*

- Moção “Moção de apoio ao 25 de abril” (PS). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----*

- Voto de Saudação “Pelo 51.º aniversário do 25 de abril de 1974, pelo dia 1 de maio e pelo restabelecimento da democracia portuguesa” (PSD/CDS-PP). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do PCP, e os votos favoráveis das restantes forças políticas. -----*

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Bem sabemos que o tempo é sempre curto, e que nos vamos alongando, mas o facto de a Bárbara Mendes estar aqui pela segunda vez, eu acho que é merecedor de toda a nossa atenção.

E portanto, apesar de já se ter falado sobre esta matéria, eu não queria deixar de sublinhar o documento que a Bárbara aqui nos deixou, da Provedoria da Justiça, e que refere exatamente que a interpretação da Provedoria não é exatamente a mesma que é alegada aqui pela Junta de Freguesia de Belém.

Mas, principalmente, e porque tive o cuidado também de ir consultar o Regulamento Geral do Ruído, e que, de facto, refere qual é que é o horário do ruído, e o direito ao descanso por parte dos cidadãos, mas, efetivamente, esta questão de um freguês que vem aqui pela segunda vez pedir para que haja uma alteração do horário durante o fim de semana, alegando que esta situação é incomodativa para o seu bem-estar, eu acho que deve ser atendida e bem acolhida pelo Executivo da Junta de Freguesia. Aliás, esta questão até pode ser partilhada por outros – e eu própria, que também já me confrontei com esta situação na minha própria rua. E, de facto, é

desadequado, ao fim de semana, quando estamos a descansar, temos crianças, uns querem dormir até mais tarde, que estes sopradores persistam neste horário, logo de manhã, quando são bastante ruidosos.

E portanto, eu queria, efetivamente, que a Junta de Freguesia pudesse atender a esta situação, uma vez que há tantos horários para fazer a limpeza do parque de estacionamento – aliás, como tem sido aqui relatado por várias pessoas e por vários momentos, temos tantos problemas com a higiene urbana, que este excesso de limpeza às oito da manhã também não seja agora um problema, na medida em que vamos deixar pelo menos as pessoas descansar. Afinal, temos tantos problemas com o corte das ervas que abundam nas ruas, com a recolha do lixo, mas pronto, temos aqui esta situação em que temos um parque de estacionamento que tem de ser limpo às oito da manhã, sendo isto incomodativo. E alguém que tem esta resiliência e esta persistência de vir aqui à Junta fazer esta observação, eu penso que deveremos dar um maior cuidado – aliás, o ideal é que esta situação nem chegasse aqui, a uma Assembleia de Freguesia, e que dentro dos próprios serviços da Junta, pudessem ouvir esta situação que é apresentada por uma freguesia, por uma vizinha, e que pudessem resolver esta situação, adequando o horário destes sopradores.

Eu própria já vi, às oito da manhã, nove da manhã, durante o fim de semana, estes sopradores a funcionarem. Não é reiterado na minha rua, mas tenho verificado que esta situação acontece.

Portanto, é pedir, efetivamente, a boa atenção, para que esta situação se resolva.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, eu não quero perder muito tempo. Só para dizer aqui à Sra. Membro da Assembleia de Freguesia, Fernanda Santos, que está completamente enganada quando diz que é às oito da manhã. Nós já reordenámos o horário, para não ser mesmo às oito da manhã – que o podíamos fazer legalmente, como já explicámos, mas já estamos a fazer assim a meio da manhã, pronto.

E repare, nós temos uma área, é a maior freguesia de Lisboa, nem foi a que recebeu mais meios financeiros, pela delegação de competências, porque o seu Partido não deixou, porque na Assembleia Municipal continua a mandar. A freguesia mais pequena de Lisboa, que é Santa Maria Maior, tem maior verba do que esta.

Mas, mesmo assim, estamos a fazer uma grande gestão, para termos esta freguesia limpa. E agora, ficávamos sujeitos a um ou outro particular, num caso concreto, quando nós temos de zelar pelo interesse público, geral. Claro que temos intenção, quando é possível, de ter em atenção os casos particulares, mas quando isso colide com o interesse geral, desculpe lá, nós estamos cá para defender o interesse geral da população. Era só mais o que faltava, que estivéssemos aqui com cunhas e mais cunhas, só porque uma pessoa quer dormir um bocadinho mais, quando estamos no fim de semana, e não tem nada a ver com isso, já lá estivemos a ver isso. Trata-se de uma situação – que eu não vou empregar a palavra, aqui nesta altura, mas pronto – que já foi explicada; quem quer perceber, percebe.

E ainda por cima, quem não é jurista, admito que tenha alguma dificuldade, mas quem é jurista, é por outros motivos que não quer perceber.

E por isso mesmo, nós temos a Lei do nosso lado. E quando diz que a Provedoria de Justiça deu uma decisão, não deu, primeiro porque não pode dar, dá pareceres. Não, pede-nos informações, é diferente. É diferente, estamos num Estado Democrático de Direito. Agora, não nos está a exigir que façamos A, B ou C; está-nos a pedir informações, e nós vamos dar essas informações adequadas. Sabemos que estavam mal informados, julgavam que era quando chove que cai muita folha, e se é quando chove, agora vamos entrar no verão, podem fazer aquilo... Não é nada disso. É quando, realmente, aquele parque, e outros, estão com menos carros, e permitem utilizar aqueles meios de uma forma mais adequada para a limpeza. Isto é facilmente percebível por uma pessoa que queira perceber.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu queria fazer uma pergunta ao Executivo, não é sobre uma matéria da responsabilidade do Executivo, mas é uma matéria que certamente interessará a todos nós. E a pergunta que eu vou fazer é se o Executivo sabe dar resposta sobre as dúvidas que eu vou colocar.

Eu vou falar dos projetos de requalificação da Escola Secundária do Restelo, dos projetos de requalificação da Escola Básica Paula Vicente, e também do projeto de construção do pavilhão desportivo da Escola Secundária do Restelo.

Todos estes projetos, eu retiro esta informação – só para deixar claro – retiro esta informação dos documentos que foram recentemente aprovados na Câmara Municipal de Lisboa, os documentos sobre o Plano Plurianual de Investimentos.

Qual é a questão? Vou iniciar pela Escola Secundária do Restelo.

Só uma observação que me faltava: todos estes projetos estão a cargo, ou estão na responsabilidade de execução por parte da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana.

Então, sobre a Escola Secundária do Restelo: a Escola Secundária do Restelo é um projeto cujo volume de investimento ultrapassa os 7.000.000€. O orçamento que estava previsto para a sua execução iniciava no ano de 2024, e tinha dois anos significativos de execução – 2025 e 2026. Para 2024, estava previsto o investimento de 184.000€. Dois 184.000€ previstos, foram executados apenas 20.000€, isto é, dá uma taxa de execução, em 2024, daquilo que estava previsto para 2024, uma taxa de execução de 11% apenas, o que corresponde a 0,3% do projeto total. Isto é, grosso modo, aquilo que estava inicialmente previsto arrancar em 2024, não arrancou.

Na Escola Paula Vicente, o investimento previsto é de cerca de 2.000.000€, ele tinha previsto executar em 2024 apenas 100.000€, não foi executado, foram executados apenas 5.000€. Estava previsto 100.000€, foi executado apenas 5.000€, o que quer dizer que teve uma taxa de execução, no ano, de 5%, e de apenas 0,25% no total do projeto.

Já o pavilhão desportivo da Escola Secundária do Restelo, cujo volume de investimento previsto é de 5.000.000€, e onde estava prevista a execução de 333.000€ em 2024, teve uma execução nula em 2024.

A pergunta sobre esta matéria – e desde já declaro, isto não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas a pergunta que estes números me suscitam é a seguinte: os investimentos, todos estes investimentos, que são investimentos há imenso tempo consensualizados da sua necessidade, e reivindicados pelas populações, não arrancam. E de acordo com a sua programação, vão prosseguir, o calendário vai-se alargar. À partida, o volume de investimento – e é volumoso, de facto – o volume nos três investimentos, que está previsto para 2025, por aquilo que se vê, também não se vai executar.

A pergunta era se a Junta de Freguesia tem alguma informação sobre o que é que se passa com estes investimentos, e qual é a previsão da sua concretização, dada a clara e evidente necessidade – há tanto tempo que nós aqui falamos da requalificação da Secundária do Restelo, da necessidade do pavilhão, da requalificação da Paula Vicente, e estes números causam-nos, a nós, preocupação. E pronto, queríamos saber se, por esta via, haveria alguma informação adicional que o Executivo nos pudesse dispensar.

--- Presidente do Executivo ---

Membro da Assembleia, Josué Caldeira, para já, Escola Paula Vicente, ainda não está nada. Eu não sei nada, e não sabemos nada, para já.

Agora, vamos à Escola Secundária do Restelo e ao pavilhão da Escola Secundária do Restelo, que será administrado pela Junta de Freguesia, depois do horário da escola, a partir das seis da tarde e aos fins de semana.

O pavilhão, ficou decidido, a nosso pedido, que as verbas não ficassem adstritas às outras que estavam dependentes de verbas comunitárias, e por aí fora, porque calculámos que ia criar dificuldade, e é uma grande preocupação nossa, que seja muito mais rápida a construção do pavilhão da Escola Secundária do Restelo, porque a escola secundária propriamente dita vai ser uma verba muito maior – na altura, posso dizer que eram vinte e tal milhões, não quero arriscar se eram 23.000.000€, ou não, a reabilitação da escola secundária, é isso que estão a tentar, através de verbas comunitárias, mas está o concurso a decorrer, e do pavilhão.

Do pavilhão, conseguimos ter a garantia da parte da Câmara Municipal de que a verba já existe – eram 3.500.000€, depois mais algumas verbas, e tal. Estava a falar de 5.000.000€, admito que si, neste momento.

Agora, de qualquer forma, posso tranquilizá-lo – aliás, até numa reunião de pais garanti que até ao final do mandato iam ver pelo menos as obras a avançar. E por isso mesmo, em maio já vamos ter notícias. E devem ser convidados – não sei se lá querem estar presentes, ou não – vamos convidá-los para estarem presentes nessa cerimónia que vamos fazer para lançamento da primeira pedra, e já com a empresa adjudicada para iniciar a obra. Nós gostamos de fazer isso,

não gostamos de palavrinhas, gostamos de obras concretas. E por isso mesmo, já com a empresa que foi adjudicada, e com o projeto aprovado, e com a verba cabimentada.

Portanto, vamos ter agradáveis notícias, segundo informação da Sra. Vereadora Filipa Roseta, agora em maio. É informação fresquinha, ainda de hoje, confirmei isso.

Portanto, penso que temos boas perspetivas. Demorou um bocadinho mais, demorou, gostávamos que fosse feito – olhe, até quando eu estive na Câmara, em 2005, já se falava nisso.

Como já disse, da Paula Vicente, não sabemos nada. Mas, da Secundária do Restelo, sabemos, e é esta a informação que estamos a dar. Já devia ter sido antes, com grande pena nossa não se conseguiu. Já tivemos várias reuniões, até com a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo também, mas como aquilo estava muito difícil, resolveu-se avançar, pelo menos para o pavilhão, já com verbas próprias, fora dessas verbas comunitárias. E a verba já existe cabimentada para este efeito.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Só para complementar a informação, em relação às obras da escola, foi lançado o concurso para o projeto, para ser elaborado o projeto, que também já terminou o concurso, e também vai agora, nos próximos dias, ser adjudicado o projeto. É claro que nós todos temos de ter a noção do tempo que isto demora. O projeto, está previsto, entre adjudicação e concretização do projeto, e aceitação, etc., cerca de um ano. Depois, quando houver dinheiro também, nessa altura, será lançado o projeto para a obra em si, dos tais vinte e tal milhões de euros de que se falou aqui. Mas, isso será só lançado daqui a um ano.

Portanto, não é expectável que haja uma escola nova, toda nova, do Restelo, antes de quatro anos – estamos a falar de um ano de projeto, mais um ano de concurso, depois para o outro a seguir, mais pelo menos dois anos de obra, estamos a falar de quatro anos.

Mas, obviamente, isto está limitado, porque quando o Governo passou as escolas para a Câmara, não passou as verbas – ainda foi o Governo anterior – o que obrigou inclusivamente a Câmara a fazer um empréstimo para conseguir suportar algumas das obras, à espera que, depois, seja ressarcida pelo Governo, quando vierem as verbas.

Daí, isto tem estes prazos mais prolongados, e não é só esta escola, como calculam; se não estou em erro, são para aí 400.000.000€ de obras que é preciso fazer em Lisboa, e que estão à espera.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 18/12/2024

--- Patrícia Campos (PS) ---

Só dois pormenores, muito rápido.

A Luísa tem de se abster, relativamente à ata de 18 de dezembro, porque não estava presente.

Eu só ia pedir uma coisa, relativamente à ata de dia 29, que na folha 6 há um lapso à frente do meu nome, estou identificada como sendo do PCP, e eu pedia só que fosse retificado.

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2024 aprovada por maioria, com uma (1) abstenção (PS). -----

PONTO 4 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 29/01/2025

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 29 de janeiro de 2025 aprovada por unanimidade. -----

PONTO 5 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 30/01/2025

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2025 aprovada por maioria, com uma (1) abstenção (PS). -----

PONTO 6 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024

--- Patrícia Campos (PS) ---

Dada a hora, eu vou ser muito rápida, e vou só pedir aqui esclarecimentos ao Executivo, que tem a ver com o seguinte: eu tive a paciência de fazer *scroll* pelas mil, quinhentas e catorze páginas deste documento, e perto da quinhentos e qualquer coisa, tem início o relatório das contas de 2024.

Eu dou só nota de que há alguns lapsos de datas, etc., de coisas que já vinham de relatórios antigos.

Mas, queria dar nota só do seguinte: a receita de 2024 foi cerca de 9.173.000€, a despesa de 6.996.000€, mas há só aqui uma coisa que me causa dúvida, e que era importante, se calhar, o Executivo esclarecer, que li no documento, e acho que não deve estar errado, que estão 230.000€ não contabilizados. E se nós pensarmos em 230.000€, ainda é um valor com alguma expressão, é 3,4% do Orçamento. E por que é que não estão contabilizados?

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, eu tenho ali os dois *dossiers*, que aquilo é para técnicos, não é bem para políticos, é para técnicos, e tenho ali as contas. E tenho aqui um resumo, como é evidente, das contas. São dois volumes assim, com mapas.

Portanto, posso pedir, tenho aqui o meu colaborador que trata dessa matéria, se ele informa. É uma coisa técnica, que possa explicar, não sei se ele está em condições, neste momento, de explicar. Está? Então, se não se importa, eu peço ao Dr. Luís Costa para explicar esta questão técnica.

--- Luís Costa (Funcionário da Junta de Freguesia) ---

É uma questão simples: é em termos de centros de custo que não estão incluídos 260.000€. Isto é, os centros de custo são organizados, é uma contabilidade à parte, que ainda é experimental, e houve 260.000€ que não se conseguiram encontrar porque estavam fora da contabilidade normal.

O que é a contabilidade oficial, essa está bem, tanto a contabilidade orçamental, como a contabilidade financeira, estão absolutamente certas. Há uma ausência de 260.000€ - se virem os mapas do centro de custos, que, no fundo, aquele centro é que nos permite organizar as contas por setores, e portanto, nisso é que faltam 260.000€. Mas, é normal, porque, reparem, no ano passado havia uma diferença ainda maior, e também estava assinalado que faltava esse dinheiro.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Só uma questão, por exemplo, só para percebermos um pouco o que é que está em causa. São despesas que são feitas – isto para as pessoas que possam não perceber – são despesas que são feitas, e que não sabem onde é que as têm de encaixar no centro de custos, certo?

--- Luís Costa (Funcionário da Junta de Freguesia) ---

Isto é assim, quando as pessoas que fazem a contabilidade identificam, na obrigação, o centro de custo, há algumas situações em que não identificaram o centro de custo. E nós, depois, no final, já não sabemos onde é que essa verba encaixa.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto a esta parte da prestação de contas, tenho aqui uma pequena apresentação, que isto é muito importante.

Vamos lá ver, esta é a última Assembleia em que nós estamos, neste mandato, de prestação de contas. É bastante importante, e para mim, que me toca, ainda por cima, porque é o meu último mandato.

Em 2024, a Freguesia de Belém teve um ano que, em termos económicos e financeiros, correu mais ou menos dentro do normal. Infelizmente, só não correu bem devido aos permanentes atrasos do Município em cumprir os seus compromissos com a freguesia. Por exemplo, no final do ano, a 30 e 31, recebemos um total de 847.000€, e a 1 de janeiro, receberíamos ainda cerca de 45.000€. Isto já para não falar do que foi pago em dezembro.

No fundo, cerca de 1.000.000€ foram recebidos sem tempo para os executar. Este é um problema que permanece desde o ano subsequente à reforma administrativa, e nos obriga a ter um saldo elevado – e este ano, anormalmente elevado – pois não sabemos quando nos pagam, e,

entretanto, as despesas vão acontecendo. Ou seja, continuamos a pagar primeiro e a receber depois.

Na contabilidade patrimonial, o resultado líquido do exercício foi positivo em 1.452.327,03€, um resultado bem acima dos valores registados em 2023, que foram de 167.902,36€.

A Freguesia de Belém tem uma boa situação patrimonial, com o seu património próprio, de capital, a corresponder a 24,1% do ativo. E o passivo tem uma expressão mínima, representando apenas 11,4% do ativo.

Na contabilidade orçamental, a receita: tivemos, em 2024, uma receita *record*, que superou os 9.100.000€. A principal receita própria, a piscina, não estamos parados à espera que venha o dinheiro do Orçamento de Estado, também fazemos por isso, temos receitas próprias. A principal receita própria, a piscina, 550.000€, um valor próximo do seu máximo, conseguido em 2019, que foi de 583.000€ - antes da pandemia.

No entanto, tivemos custos de 930.000€, só que estes incluem 300.000€ de investimento, que deveriam ser realizados pelo Município. Ou seja, de facto, um défice de 57.000€. Mas, recorda-se que a piscina nos foi passada aquando da reforma administrativa, com um défice de 100.000€, pelo que, de facto, acaba por haver um superávit de 43.000€.

A segunda grande fonte de receita própria são os licenciamentos, e que acabam por ser a principal receita líquida da freguesia. Em 2024, tivemos a receita *record* de 422.526,33€, com custos associados de 107.118,96€, gerando recursos na ordem dos 310.000€.

Este setor mostra bem a capacidade de gestão da freguesia, pois na altura da reforma – no início da reforma – o Município cobrava menos de 60.000€.

Despesa: também na despesa tivemos um *record*, com quase 7.000.000€, fruto da execução dos CDC's e de investimentos próprios – e está tudo a caminhar muito bem, até ao final do mandato vamos cumprir.

Terminámos com uma aquisição de bens de capital superior a 1.000.000€, bem acima do que alguma vez tínhamos concretizado na freguesia.

As despesas com pessoal cresceram 8%, devido aos aumentos de pessoal, reclassificações e entradas para o quadro.

A aquisição de bens e serviços cresceu 6,6%, um valor dentro do aumento da atividade verificada.

Nota ainda para as transferências correntes, que cresceram 11,9%, continuando a aposta nos apoios às famílias e às coletividades.

Resultado orçamental: se tivermos apenas em conta os recursos efetivamente gerados no ano de 2024, a taxa de execução orçamental corrente foi de 89,5%. Repito, a taxa de execução orçamental corrente foi de 89,5%, um pouco abaixo dos 94,2% de há um ano, mas com a condicionante já referida, de se receber mais de 847.000€ mesmo no final do ano – foram naqueles dias 30 e 31 de dezembro, infelizmente tem sido assim, dos últimos anos para cá. Já na Câmara anterior era assim, nesta também está a ser assim.

Ou seja, no início do dia 30 de janeiro, o saldo de execução corrente era negativo em cerca de 29.000€, e no fim, a 31 de janeiro, transformou-se num saldo positivo de 818.000€. Acresce que só em 2025 se recebeu o CDC de espaços verdes, num total de 44.338,17€. Atrasaram-se aqui, e mesmo assim foi só em 2025 que conseguimos receber, nem foi nos últimos dias de 2024.

Ficaram por pagar 271.800,94€, relativamente a obrigações, sendo que cerca de 39.000€ correspondem a retenções do pessoal, e 232.000€ a faturas por pagar.

O saldo de gerência cresceu para 2.177.816,86€, sendo que destes, 341.500,90€ estão consignados. Ou seja, dos 457.000€ recebidos no dia 30, relativos ao CDC de mandato, 116.000€ já haviam sido pagos.

Centro de custo: em termos de centro de custo, o espaço público, ambiente e espaços verdes continuam a ser as áreas mais relevantes. Para nós é muito importante, tem muito a ver com a qualidade de vida das pessoas, nunca me esqueço de dizer isto. É por isso que temos uma freguesia em que, ainda hoje, fomos bastante elogiados pela Sra. Embaixadora da Austrália, numa cerimónia em que estávamos, em que ela só falava que “isto tem árvores, tem verde”, esta freguesia. Nunca mais me esqueço, passou a vida a dizer isso, durante uma cerimónia que tivemos ocasião de ter hoje ali, na Torre de Belém.

Em termos de centro de custo, o espaço público, ambiente e espaços verdes continuam a ser as áreas mais relevantes, tendo consumido quase 2.000.000€, sendo que quase metade foi gasto na higiene urbana.

A Piscina Municipal do Restelo é o grande centro de despesa da área do desporto, absorvendo 87,7% dos recursos, tendo este ano sido realizados importantes investimentos na melhoria do seu funcionamento, como já dei conta no início desta apresentação, num total de cerca de 300.000€.

A educação teve um crescimento de 58,7%, sendo clara a importância que tem na estrutura de custos da freguesia. Houve um grande investimento nas CAF e AAAF, até porque a Câmara Municipal aumentou substancialmente as verbas, tendo a despesa crescido para 367.344,75€, isto é, mais 288,2%. Importa notar que as receitas também cresceram, atingindo os 414.000€.

No entanto, como já vimos, cerca de 70.000€ foram recebidos no final do ano, e as despesas das férias de natal apenas são contabilizadas em janeiro.

A gestão das escolas absorveu quase 314.000€, uma despesa que também foi *record*, um valor que tem a ver com um aumento quase generalizado dos custos de estrutura, e com investimentos feitos nas escolas, uma despesa sempre crescente, para uma receita que permanece praticamente constante desde 2014 – repito, 2014.

Naturalmente, estaremos disponíveis para gastar de acordo com as nossas disponibilidades.

Os Clubes Paula Vicente, um projeto por nós lançado com grande sucesso, e no qual voltámos a apresentar uma despesa *record*, crescendo 19,7% face ao ano anterior. Recordo que é apenas um projeto único em Lisboa, e financiado só por nós, não tem qualquer financiamento da Câmara. É fundamental para os pais terem as crianças com projetos de inovação, de desporto e de cultura, quatro horas por dia, depois do horário escolar.

Na ação social houve um acentuado crescimento, voltando a estabelecer-se um *record* de despesa, o que mostra bem a importância que para nós têm as pessoas.

O balanço social foi onde houve um maior investimento no bem-estar dos nossos fregueses, com um crescimento de 129,8%.

Os campos de férias são sempre um grande sucesso, tiveram uma despesa *record*, sendo evidente a forte aposta da Junta nesta atividade, a que maior número de recursos absorve dentro da ação social.

Mas, vamos lá ver, quer os campos de férias, quer na parte da ação social, quer na parte da educação, é uma forte aposta, e são muito conhecidos, e a prova disso é que imensa gente tenta que os seus filhos os frequentem, porque, realmente, temos monitores muito bons, já há muitos anos, com muita experiência, e também pessoas que têm alguns graus de deficiência, e que conseguem fazer as férias juntamente com outros colegas, que não têm quaisquer deficiências. Fomos nós que começámos pela primeira vez a ter este tipo de atividades, e continuamos.

Já o Belém Sénior teve uma quebra de 25,5%. Enfim, não é bem assim, mas importa recordar que durante algum tempo contámos, e continuamos a contar com o apoio do Alegria de Viver, mas que, entretanto, tem tido também atividades próprias, complementares às nossas – agora até tem umas instalações próprias, aqui perto de nós, continua a utilizar as nossas instalações para as atividades deles, e há um público-alvo em concertação, quer connosco, quer com o Alegria de Viver, que otimiza verbas para que possam haver programas ainda mais interessantes para todo o tipo de pessoas, nomeadamente pessoas mais seniores.

Penso ter apresentado sucintamente a situação financeira da freguesia, estando à vossa disposição para os esclarecimentos que entendam necessários.

Portanto, isto aqui é a prestação de contas deste ano. Pode pensar-se, ao princípio, que transitou tanto dinheiro, e tal. Exatamente, se nós não tivéssemos esta política cautelosa, não tínhamos mais ninguém para nos ajudar, se tivéssemos algum problema. E temo-nos dado bem com isso.

É um conforto para mim, estar aqui como Presidente da Junta de Freguesia, perante vós, que são os nossos fiscalizadores, e poder dizer que não temos dívidas, temos uma boa taxa de execução, de que nos orgulhamos. Ainda vamos fazer muita coisa até ao final do mandato, os nossos CDC's também estão a correr muito bem – tivemos de fazer algumas adaptações, como é evidente, mas quer os que dependem só de nós, e mesmo os outros, da Câmara, posso dizer-vos que hoje tive também a alegria – posso dizer já aqui – que foi assinado hoje, pela Vereadora que me telefonou a dizer isso, a Filipa Roseta, o novo Parque Ativo, que vai ser construído junto ao café, do lado de cá – está aquela zona muito degradada, eu sei, estávamos à espera disto há muitos anos. O equipamento já existia, mas a montagem, não havia dinheiro para isso. Finalmente conseguiu-se, já veio o equipamento, e vai ser feito ali um Parque Ativo, calisténico – mas, eles chamam de Parque Ativo – e, de facto, também já está assinado, vai começar a execução desse parque naquela zona ribeirinha, que há muito tempo estávamos à espera disso, e vai ser um grande investimento. Aí é da Câmara, não é através dos CDC's, mas a nosso pedido.

E por isso mesmo, estamos a acompanhar tudo isto, e de maneira que pedimos o vosso natural apoios e aprovação destas contas – que, aliás, são as últimas deste mandato.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu queria chamar, antes de mais, à atenção, relativamente ao relatório, reparámos, e isto não alterará o nosso sentido de voto, não alterará a nossa interpretação sobre a coisa, não altera o sentido da análise que é feita no relatório, mas acho que há uma gralha, nomeadamente nas tabelas do centro de custos, em que os dados da variação, que deveriam estar comparando o ano de 2024 com o ano de 2023, todas essas percentagens, em todas as parcelas, estão a comparar, não com 2023, mas com 2022. E portanto, isto é um erro que acontece aos melhores, só a quem não põe a mão na massa é que não acontece isto, mas creio que deveriam analisar a coisa, corrigir, até mesmo para clarificação da memória futura, ficarem as tabelas corrigidas.

Repito, não altera o nosso sentido de voto, certamente não alterará o conteúdo e a linha de leitura que o próprio Executivo faz sobre esta matéria, mas pronto, há esta gralha, que é chato acontecer, mas por vezes acontece.

Duas observações. É verdade que o Sr. Presidente, quando se refere a estes momentos, faz o elogio dos grandes números, e do crescimento das receitas e das despesas do Orçamento da Junta de Freguesia. É preciso alguma cautela. Se o meu salário aumentar 5% todos os anos, e se a inflação aumentar 10%, o meu salário nominal aumenta, mas o meu salário real diminui. E foi justamente o que aconteceu com a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tem vindo significativamente com crescimentos nominais de receita, mas se nós aplicarmos à receita e à despesa – e nós só fizemos isto para estes grandes agregados – se nós aplicarmos um deflator da despesa pública, nós chegamos, por exemplo, a valores de 2023 abaixo dos valores de 2017.

Portanto, é um grande Orçamento, mas não é um Orçamento que cresce tanto quanto aquilo que o Sr. Presidente diz. É verdade que teve um grande crescimento em 2024, mas é um crescimento que decorre fundamentalmente das transferências correntes vindas da Câmara Municipal e do Orçamento de Estado.

É um Orçamento que coloca em causa – a execução disto coloca em causa, pela discrepância entre receitas e despesas, que o Sr. Presidente acabou agora de referir, que coloca em causa nomeadamente a política de preços que a Junta de Freguesia está a fazer, a não ser que queiramos que a Junta de Freguesia, como uma empresa normal, seja para gerar lucro. Nós também somos a favor de contas certas, creio que todos aqui à volta da mesa o seremos, mas tem de haver um equilíbrio sobre estas matérias.

Há sempre uma matéria recorrente, e a matéria recorrente é porque ela decorre de uma opção política do Executivo, e uma diferença e uma divergência relativamente à nossa perspetiva, que é a baixíssima percentagem que é afeta ao apoio ao movimento associativo, que dá uma despesa, no centro de custos do associativismo, uma despesa de cerca de 1,74% da despesa da Junta de Freguesia.

De qualquer forma, e como o Sr. Presidente referiu, estamos na última Assembleia que vai apreciar um relatório de contas, e eu creio que é justo fazermos algum balanço, e irmos aos *dossiers* e vermos aquilo que estava em cima da mesa, irmos aos programas e vermos o que é que foi dito nos programas, e aquilo que foi realizado, e fundamentalmente as grandes questões que não foram realizadas.

O programa dos Novos Tempos tem uma particularidade – já o referi aqui em sessões anteriores, mas é uma particularidade, que o programa diz “*algumas das nossas propostas para a Freguesia de Belém...*”, e depois, faz uma listagem, não sabemos quais foram as outras propostas que faziam para a Freguesia de Belém.

Mas, indo à lista das propostas que está aqui, no compromisso que os Novos Tempos assumiram com a população de Belém...

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Eu peço desculpa por interromper o representante do PCP, mas nós, efetivamente, podemos procurar fazer um balanço, embora até ao final do mandato ainda tenhamos algumas Assembleias de Freguesia para poder continuar a fazer essa apreciação. Eu pedia, se calhar, que se cingisse aqui ao ponto em concreto, que estamos aqui a discutir, por forma a que consigamos avançar. É só porque, efetivamente, também já não temos assim tanto tempo, e seria importante podermos também ser concisos e concretos na apreciação dos pontos que temos para discutir.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, não partilho da sua interpretação, creio que tenho todo o direito de falar sobre as matérias que estão em cima da mesa. Nós estamos numa prestação de contas, estamos a mais de 75% do período de mandato, não vamos ter mais hipóteses de fazer uma apreciação global da prestação de contas. A questão que eu gostaria de colocar, para mim, é perfeitamente razoável fazê-la nesta Assembleia de Freguesia, e não deixar isto para depois, para o ano de 2026.

E portanto, se me permitir, eu não vou ser muito longo, mas eu tinha, de qualquer forma, um conjunto de questões a colocar.

Estava eu a dizer, este momento é um momento em que podemos começar a fazer um balanço, e é de perguntar: alargamento do Parque Urbano dos Moinhos de Santana até ao posto de limpeza, foi avançado como um grande projeto, não foi até agora concretizado. Prioridade máxima ao pavilhão da Escola Secundária do Restelo – há pouco, acabei de dizer o atraso em que isto está, sublinho que não é responsabilidade da Junta de Freguesia, mas havia uma prioridade máxima, e não o conseguiram. Racionalização do projeto PRA – Alto do Restelo, sabemos onde é que foi levada esta racionalização. Até hoje, conseguiram não fazer, conseguiram não concretizar este projeto. Criação de espaços de *cowork* ao ar livre, praças do bairro, criação de espaços de valorização das praças, promoção cultural ao ar livre das freguesias, criação da Rota da Calçada Portuguesa, pugnar pela melhoria da rede de transporte público – nós temos a situação em que isto está, sabemos a situação em que está, e o que fizeram relativamente à proposta que apresentámos para uma Assembleia Extraordinária de Freguesia para discutir estas matérias.

Aumento da rede ciclável, implementação de medidas de velocidade e racionalização do estacionamento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Peço desculpa, Josué Caldeira, mas, efetivamente, está a desviar-se do ponto da ordem de trabalhos, e portanto, eu pediria que concluísse, porquanto, na verdade, se nós quisermos fazer uma apreciação da bondade de muitas medidas, de medidas que ficaram incompletas, etc., teremos oportunidade para o fazer certamente, nomeadamente em sede de campanha eleitoral. E neste caso, eu diria que nós não estamos em fase de campanha eleitoral, pelo menos para efeitos autárquicos.

E portanto, creio que este não é o local, nem o momento, para proceder a esta apreciação que está a procurar fazer. Estamos aqui a apreciar um documento sobre a prestação de contas, no fundo, de 2024 pelo Executivo, e é isso que devemos fazer nesta fase.

E portanto, pedia que pudesse concluir.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sublinhando que não partilho da sua interpretação, vou tentar responder, por respeito a todos.

Nós não conseguimos desligar este exercício que estávamos a fazer do exercício de avaliação da prestação de contas, nomeadamente daquilo que foi executado até 2024 – repito, um período que ultrapassa 75% do mandato deste Executivo – e que no relatório que nos apresenta, não dá resposta a estas lacunas que nós identificámos.

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado pelas suas perguntas. Não estão diretamente relacionadas com as contas, é mais com o Plano de Atividades, mas ainda bem que me falou do alargamento do Parque dos Moinhos

de Santana, exatamente, já está a começar a ser feito. Se estiver com atenção, vá lá verificar, já foi tudo cortado, aquela vegetação toda, e vamos começar a pôr lá, sabe o quê? Aquelas redes que estavam no antigo parque de estacionamento, lá em cima, nas Torres do Restelo, vamos aproveitar essas redes para vedar ali aquela parte toda, com meios próprios – nem vamos gastar dinheiro, com meios próprios nossos, e as redes que já existem. Isso está a ser feito já.

Pavilhão da Escola Secundária do Restelo, acabei, há bocado, de dizer qual é a situação, temos uma boa resposta, uma resposta positiva, neste momento, a ser feita.

O projeto do Alto do Restelo, também sei pela Sra. Vereadora Joana, que vai reunir-se em breve connosco, também, para dar uma informação do que está a ser feito neste momento, o ponto de situação. Não estamos completamente fora. Sei que os senhores também se têm mexido muito, e lá na Câmara, os seus camaradas de Partido, mas, de qualquer forma, nós também não estamos de fora. É uma zona que, mais tarde ou mais cedo, deve ser aproveitada, para o bem aqui da freguesia e da cidade de Lisboa.

Quanto a uma coisa que disse, que não estou nada de acordo consigo, o nosso Orçamento futuramente vai passar os dois dígitos, chegarmos aos 10.000.000€, vamos ultrapassar os 10.000.000€. Pode-se rir, pode fazer o que quiser, mas é um facto, são números, e os números é que interessam. E sabe por quê? Grande parte às transferências da Câmara, mas também há o trabalhinho que fizemos, e continuamos a fazer, porque o mandato ainda não acabou, e para nós, seis meses é muito tempo, e ainda vamos fazer muita coisa. Vai ver o que é que nós vamos fazer em seis meses, ainda.

E agora, quanto aos meios próprios, desafio-o a dizer qual é a Junta de Freguesia de Lisboa que tem mais receitas próprias do que a de Belém. Tente saber, e depois diga-me, que eu vou verificar – já verifiquei, somos nós. E portanto, isso ajuda muito para passar para os dois dígitos, para um futuro Orçamento ótimo, de 10.000.000€. E não devemos nada a ninguém, como outros ficam a dever, ao Quim Barreiros e companhia, e não vou avançar mais, que é aqui bem perto. E ficamos por aqui.

E temos obra feita. Este é um exemplo, obra feita, custou 350€ a construção disto. Mais 150€, ficou a 500€ esta instalação.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Não é sobre conteúdo, Sr. Presidente, é sobre forma. O Sr. Presidente não é inimputável; o Sr. Presidente não tem o direito de tratar as pessoas como bem entende.

E portanto, eu queria deixar só esta nota, o Sr. Presidente, já não é a primeira vez, não é a segunda, não é a terceira. O que eu quero chamar à atenção desta Assembleia – nem é do Sr. Presidente – é que o Presidente da Junta tem de ter respeito pelas pessoas que aqui estão, e não pode falar connosco como nós falamos lá fora, na rua, ou em determinados sítios mais populares e mais livres. Eu acho que há um mínimo de respeito, e é isso que eu quero sinalizar. E é um problema da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia.

Queria deixar só isto registado. Não aceito este tipo de comportamento, não aceito este tipo de interpelação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Eu agradeço. Efetivamente, estamos num local em que toda a gente tem de se tratar respeitosamente – como, aliás, em qualquer âmbito social – e portanto, eu penso que é isso que deve acontecer. E esse respeito também acontece, nomeadamente a propósito dos pontos que estamos a tratar, e do respeitar precisamente o âmbito temático que estamos a tratar em cada ponto, os tempos em que se processam essas discussões, etc.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD e CDS-PP), e seis (6) abstenções (PS, PCP e IL). -----

PONTO 7 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2025 (PPI e PPA)

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS-PP, PS e IL), e uma (1) abstenção (PCP). -----

PONTO 8 – Apreciação do Inventário a 2024/12/31

O documento foi apreciado. -----

PONTO 9 – Apreciação e aprovação do Protocolo de Parceria referente ao Grande Arraial de Belém 2025

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Em relação a este protocolo de colaboração, eu penso que no ano passado já houve aqui o Arraial de Belém nestes moldes; contudo, não tivemos presente – mas, pode ser uma falha nossa – que o mesmo tenha vindo a esta Assembleia. E portanto, na altura, recordo-me de termos sido surpreendidos com os moldes deste arraial.

Pelo que podemos agora observar por este protocolo, vai decorrer uma festa no Parque dos Moinhos de Santana, entre o dia 30 de maio e o dia 15 de junho, isto vai estar a decorrer todos os dias, se bem entendemos por este protocolo, com uma abertura a partir das dezassete horas, até às vinte e três horas, e depois, ao fim de semana, até às duas da manhã, e com a exceção do dia 12, que é o Dia de Santo António, padroeiro da cidade de Lisboa, até às quatro da manhã.

Esta empresa que vai fazer este protocolo está isenta, no decurso do mesmo, da licença de ocupação do espaço público, tem uma licença especial de ruído, exatamente para poder estar a dinamizar este arraial durante estes três fins de semana.

Recordamos que, no ano passado, este arraial, e o ruído, foi também um motivo de várias queixas – várias, foram várias pessoas que se queixaram – porque, efetivamente, é uma hora tardia, o ruído era muito elevado, sentia-se de uma forma excessiva e impedia o descanso das pessoas. E não querendo aqui, como é óbvio – são as festas da cidade, e portanto, é um período em que toda a Lisboa tem esta festa – de facto, questionamos sobre algumas medidas que possam vir a ser tomadas no sentido de mitigar este ruído e este incómodo aos vizinhos durante este tempo, porque se é verdade que todos têm direito à festa, também todos têm direito ao descanso. Mas, depois do que assistimos aqui, dos sopradores, vamos ver, Sr. Presidente, qual é a sua sensibilidade para esta matéria.

Mas, também há aqui uma questão em que eu gostava que nos pudesse dar algum esclarecimento – e sobre isto do ruído, não há nada que eu esteja a questionar; estou, de facto, aqui a tomar nota, e a todos os vizinhos que também nos estão a ouvir, possivelmente ainda a esta hora, pela rádio, que no ano passado esta situação foi motivo de queixa por muitos, sobre o ruído que se fazia – mas também fala aqui sobre o diálogo com as coletividades, e sobre a possibilidade de participação das coletividades no arraial deste ano. Penso que no ano passado – também não quero estar errada, mas penso que não haveria esta presença das coletividades, que durante muito tempo foram dinamizadoras do arraial aqui, quando existia, em Pedrouços.

Portanto, o que eu gostaria também de saber era, relativamente ao diálogo com as coletividades, quais é que vão ser as condições que as coletividades vão ter – esta era uma questão, que gostava aqui de saber – e, de todo o modo, em relação ao ruído, se manifesta sensibilidade para tomar medidas de mitigação, para que não haja tantas queixas dos vizinhos como no ano passado.

--- Diogo Gomes (IL) ---

É uma pergunta simples. Vi que o documento foi aprovado no dia 11 de abril pelo Executivo, e dia 10 de abril, o segundo outorgante já estava a dizer que estava a preparar o melhor arraial de Lisboa. Era suposto?

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Esta proposta que está aqui em cima da mesa, certamente a mais relevante depois do relatório de contas, levanta-nos as maiores preocupações naquilo que reúne. É uma proposta de um protocolo que, no fundo, é uma aquisição de serviços. Isto é, a Junta de Freguesia vai comprar um serviço, um arraial. A Junta de Freguesia disponibiliza recursos da Junta de Freguesia, recursos físicos, disponibiliza serviços, dá umas borlas fiscais, inclusivamente até dá borlas fiscais em matérias que não tem competência para dar borlas – e eu já lá vou – e tudo isto é feito num protocolo, a esta empresa – eu não conheço esta empresa, mas pronto, a esta empresa.

E portanto, há um conjunto de perguntas que nós colocamos, e para além de apresentar esta proposta, que é uma compra de um serviço, sem um único valor – um único, quanto é que perde

e quanto é que ganha, e quanto é que impõe nos serviços, porque se isto é um protocolo – e nós aqui, e isto inclusivamente questiona o papel que a Assembleia de Freguesia hoje aqui ter relativamente a esta matéria, nós aqui, sobre esta matéria, sabemos zero.

A Junta de Freguesia vai isentar a licença de ocupação de espaço público. Quanto é que isto custa? Não sabemos. A Junta de Freguesia vai isentar a licença especial de ruído. Ora, se a licença especial de ruído é da competência da Câmara Municipal, como é que a licença especial de ruído pode ser isentada pela Junta de Freguesia?

A Junta de Freguesia vai permitir o uso dos moinhos – o uso dos moinhos, um património – e vai proceder à recolha de lixo. Quanto é que custa? Vai fornecer um gerador para apoio ao evento. Quanto é que custa?

A questão que foi colocada há pouco, sobre a participação das coletividades, é uma questão central, isto é, como é que é garantida a questão das coletividades.

Mas, a questão fundamental, de facto, é por quê esta empresa, e por quê esta forma, que a nós nos causa alguma preocupação sobre a transparência de tudo isto, e sobre o que está aqui em causa, nomeadamente no deve e no haver, quanto é que a Junta de Freguesia, no protocolo, vai ceder – e isso é possível fazer, é possível fazer uma estimativa das despesas de cada uma destas parcelas, qual é o custo fiscal desta matéria, ou o custo dos serviços, e quais são as contrapartidas.

Por exemplo, é da responsabilidade da empresa a segurança. Então, isto é assim? E nós vamos aprovar aqui isto assim? Mas, quais são as condições de segurança? Quais são as condições de segurança que vão ser impostas à empresa, para que a empresa assegure a segurança devida no evento?

E depois, a questão, sim, que é uma questão que no ano passado foi sobejamente criticada – eu, por acaso, sei isto particularmente, porque vivo em frente ao espaço, mas recuperando a discussão que foi feita, e a reação das pessoas, e da população ali envolvente, relativamente ao ruído, e de alguma abertura, reconheço, que na altura aqui foi assumida pela Junta de Freguesia para resolver este problema, eu creio que é da mais elementar sensatez termos sobre esta matéria uma explicação de quais são as condições que vão ser garantidas para que aquilo que aconteceu, relativamente ao ruído, não aconteça este ano.

Mas, volto a sublinhar, a questão para nós fundamental é como é que uma coisa destas passa por um protocolo, e não por métodos mais transparentes, com um caderno de encargos a que várias empresas respondem, e que é selecionada a que melhores condições apresenta.

Repetindo aquilo que inicialmente disse, tenho as maiores dúvidas, temos as maiores dúvidas sobre a correção desta proposta que vem aqui à Assembleia de Freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, aqui o Arraial de Belém foi feito com base na experiência que tínhamos já tido no ano passado. Corrigimos pontos que eram mais delicados, e outros, e também melhorámos o figurino. Aliás, fomos para um figurino tipo do arraial que existia antigamente, no arraial das coletividades - em Pedrouços, por exemplo, não sei se alguma vez foi ao Arraial de Pedrouços, em que nós eramos parceiros das coletividades, e financiávamos algumas componentes às coletividades, dávamos um dinheiro X, que não era mais do que temos eventualmente de gastar com este arraial, porque isto é uma parceria em que nós somos parceiros, não somos organizadores.

Portanto, foi uma proposta que nos foi feita, pessoas com “*know how*”, que fazem o arraial do Campo Pequeno, enfim, que têm “*know how*”. Nós achamos que é interessante, em Belém, haver um arraial nos santos populares – aliás, vai haver mais um outro, de *chefs*, ali na zona da Junqueira, que nos estão a pedir, uns *chefs Michelin*, para fazerem lá uma coisa também no dia 15, há o Arraial da Igreja de S. Francisco Xavier, que também vamos apoiar, na parte inicial deste arraial.

E por isso mesmo, ouvimos as condições, e, de facto, há uma diferença do figurino do ano passado para este ano: enquanto no ano passado praticamente foi uma operação de licenciamento, este ano já apurámos algumas situações, e é uma parceria. Somos parceiros, e portanto, temos legitimidade – em termos de licença especial de ruído, somos nós que as emitimos – pode ser a Câmara, mas podem ser as Juntas de Freguesia, com a reforma administrativa de Lisboa, somos nós que emitimos as licenças especiais de ruído – não sei se sabia, pelos vistos o Sr. Membro da Assembleia não conhecia isso. E portanto, é uma prerrogativa nossa, e fazemos várias, com atividades que nos pedem, e nós também fazemos muito isso.

Quanto à ocupação do espaço público, também somos parceiros. É o dia a dia, em vários sítios, que também nos propõem. Não há nenhum caderno de encargos, é uma entidade credível que nos faz um pedido, analisamos as situações. E neste caso concreto, o que nós estivemos a ver foi: nós não queremos gastar dinheiro com o arraial, acho que não é a nossa vocação estarmos a organizar arraiais nós mesmos, tem de ser gente que perceba daquilo. Arranjámos gente que tem o “*know how*”, que está disposta a arriscar ali, aquelas figuras que vão para lá, para as criancinhas andarem em cima delas, e ao lado, e tal, aqueles totens, é a empresa que vai pôr, autorizada pela Câmara de Lisboa, que tem de autorizar o licenciamento desse tipo de instalações, que vai lá ver; na segurança, temos lá os nossos homens, durante o dia, mas à noite, é uma empresa de segurança privada que vai lá estar naquilo. Cedemos os moinhos para guardarem algumas coisas lá, durante o evento, para guardar lá dentro, em alguns sítios, para que não possam estar assim em perigo de serem danificados ou furtados.

Fizemos como está aí. Se leram o protocolo, que é um protocolo – e por isso mesmo é que vem à Assembleia de Freguesia, qualquer protocolo com uma entidade externa, tem de ser a Assembleia a autorizar, por isso mesmo é que trouxemos.

Diz-me ali o Sr. Membro da IL que acha muito estranho, acho piada o preciosismo, disse que foi aprovado, no dia 10 de abril estava lançado um cartaz, e no dia 11 foi aprovado no Executivo. Acho piada a isto, não sei, não sei isso. Mas, como deve calcular, nestas coisas, o Executivo, há

reuniões, assentam-se ideias, e depois diz-se às pessoas, sim senhor, agora vamos submeter isto, tal e tal. Mas, foi aprovado em Executivo, e depois avança-se.

E por isso mesmo, imagine que aquilo tinha sido aprovado em reunião, há atas dessas reuniões, e com base nessas atas, foi feito um protocolo. E depois, o Executivo reuniu só quatro ou cinco dias depois. Pronto, já estava ali a nossa palavra, vamos avançar com isso, tal e tal, é uma coisa engraçada.

Ruído? Por amor de Deus, tivemos cuidado, com certeza, nos horários, como se vê, nuns casos só até às duas, noutros até mais cedo, até à meia-noite, há um que é até às quatro da manhã, que é na véspera do Santo António. Estamos em Lisboa, Belém é Lisboa, e aquilo é uma zona que, mesmo assim, prejudica o menos possível algumas pessoas. Alguém pode ser um bocadinho mais prejudicado se não gostar de arraiais, mas quem vem para Lisboa sabe que não está no Alentejo, num campo profundo, onde só ouve os grilos e os aviões a passar, e os burros a zurrar.

Bem, de qualquer forma, o que eu quero aqui dizer é que tivemos algumas preocupações, tendo em conta alguns protestos – não muitos, vários, tive mais elogios do que protestos, é a nossa grande diferença aqui. De facto, elogiaram muito o arraial do ano passado, e vê-se a frequência que o arraial teve, mesmo assim, estando chuvoso o tempo, que é logo uma diferença. Foi um objetivo atingido, foi realmente muito bom.

E de maneira que nós, este ano, tendo em conta a experiência anterior, resolvemos fazer isso. Vou dar-lhe um exemplo, por exemplo: sim, enquanto no ano passado tínhamos autorizado a ??? elétrica do espaço nosso, lá, de utilizarem a nossa eletricidade, e água também, foi uma das contrapartidas que nós damos, para não pormos um aumento da capacidade, pusemos um gerador para o palco. Esse gerador, pagámos nós, estávamos sempre a abastecê-lo, e estávamos a fazer esse trabalho. Este ano dissemos “não”, podemos arranjar um gerador, que é cerca de 1.000€ - não chega a 1.000€, novecentos e tal euros – e eles vão abastecendo com gasolina, e o trabalho todo de ter aquilo em condições, para o palco.

Portanto, a nossa contrapartida é, realmente, a água e a eletricidade, e também na segurança, também uma parte da segurança. As casas de banho, somos nós que damos, estão lá. Há várias coisas que já lá temos. Não vão ser uns custos muito significativos, vai ser menos do que gastávamos antigamente com o arraial das coletividades.

E as coletividades têm lá, de facto – no ano passado, não quiseram, não quiseram nada – não quiseram, perguntem às coletividades, não os obrigamos, que têm de ir para o arraial, não quiseram. Este ano, talvez, sim senhor, e tal, e vamos lá ter uma tendinha para quem quiser, e às vezes, se calhar, vai estar sem ninguém, vão rodando. Tivemos essa preocupação.

Agora, de uma coisa estou certo: é um arraial que é bom para as pessoas, a maioria das pessoas gosta, nas festas da cidade, de ir aos arraiais, algumas pessoas podem não gostar, isso faz parte da vida, se não soubesse disso não vinha para estas funções, há sempre gente que não gosta das coisas, não podemos agradar a gregos e a troianos.

Mas, por isso, estamos conscientes de que é uma coisa que dignifica a nossa freguesia, estava muito bonito, bom, e que a maioria das pessoas gosta. E estamos desta forma a colaborar com Lisboa, nas festas da cidade.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É só para dizer que o Presidente da Junta não respondeu a nada. É óbvio que nós vamos votar contra, e faremos acompanhar o voto de uma declaração de voto escrita, que faremos, e que faremos chegar à presidência da Assembleia de Freguesia oportunamente.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Ouvindo aqui o que o representante do PCP disse, o Josué, todos nós tivemos esta documentação com tempo e analisámos, e enfim, qualquer justificação, para ser dada, o Josué podia logicamente ter trazido, que já sabia qual era o seu sentido de voto. E portanto, podia ter trazido.

Mas, o que eu vejo neste documento, e analisando isto, isto é um protocolo de colaboração conjunta. Isto não é nenhuma aquisição de serviços. Se fosse aquisição de serviços, a sua intervenção estaria correta, e eu próprio tinha de acompanhar, eventualmente, a sua crítica. Se fosse uma aquisição de serviços, sim. Isto não é uma aquisição de serviços; isto é uma parceria, uma colaboração entre uma entidade privada, como todos estes protocolos de colaboração que nós temos aqui e aprovamos, e aprovamos em todas as nossas Assembleias, é uma colaboração entre uma empresa e a Junta de Freguesia de Belém. Para quê? Para um momento anual, das festas da cidade, que todos nós devíamos ter orgulho em ter. O Josué falou, parecia o Mr. Skrudge, que não gosta do natal, aqui parecia que não gosta das festas. Eu gosto das festas, mas também há dias, e concordo, em que não me apetece ouvir aquele barulho, e eu vivo ali perto, ouço o barulho. Mas, não podemos agradecer a gregos e a troianos.

As festas de Lisboa fazem parte da nossa tradição, da nossa cidade, e devem existir. Isto é um protocolo que eu vejo com bons olhos, os custos para a Junta de Freguesia são limitados, são muito reduzidos, são nulos, não pagamos nada. Acontece, os fregueses podem frequentar, podem aparecer. Portanto, eu não vejo aqui motivo para a sua crítica, de tal forma tão grande, porque isto não é uma aquisição de serviços; isto é uma parceria, e é assim que eu vejo.

E voto completamente em consciência, aprovando este protocolo.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu peço, então, ao Presidente da Mesa que considere a minha intervenção anterior como uma declaração de voto.

E só dizer que não está em causa o arraial, não está em causa a festarola; está em causa a boa gestão pública. É só essa a questão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Saliento que as declarações de voto, de acordo com o Regimento, sendo orais, devem durar menos de três minutos, coisa que, naturalmente, não cumpriu na sua intervenção, há pouco. Mas, vamos considerar, então, como declaração de voto a sua intervenção de há pouco.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com sete (7) votos a favor (PSD e CDS-PP), e seis (6) votos contra (PS, PCP e IL). -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Artística de Música do Conservatório Nacional

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 12 – Apreciação e aprovação do Regulamento da 1.ª Edição do Belém Basket

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – Apreciação e ratificação do Protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico de Lisboa e de Aclimação em Portugal, S.A.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 14 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a CEFAD – Formação Profissional para enquadramento de formandos em contexto de trabalho do Curso de Especialização Tecnológica

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 15 – Apreciação e aprovação das alterações ao Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 16 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, chamo à atenção que deve haver uma lacuna no relatório. O Sr. Presidente da Junta, bem como todo o Executivo, foi oportunamente convidado, e participaram na Assembleia Extraordinária sobre as questões da mobilidade sustentável, e essa nota não me parece que tenha surgido no relatório de atividade do Presidente. Pronto, é só uma lacuna que gostaríamos de registar.

--- Presidente do Executivo ---

E até aproveito, como estamos com um bocadinho de tempo, só para explicar uma coisa que vai acontecer também, relativamente à mobilidade sustentável, que é uma coisa que me diz especialmente respeito, que eu moro naquela zona, e foi tão polémico, na altura, por permitir o estacionamento com duas rodas em cima do passeio, e posso dizer que vai avançar o projeto definitivo – quase definitivo, atenção, não vamos acabar com os passeios ali, mas vamos pôr, no Bairro do Restelo, e mais na Rua D. Francisco de Almeida, vamos intervir, já está tudo combinado, o projeto já está feito, com a mobilidade da Câmara. E aquilo vai ficar como, realmente, somos responsáveis, e com muito orgulho, naquela solução que arranjámos, que há sessenta anos não estava legalizada, e que ficou legalizada, vamos agora completar com linhas a tracejado, de um lado e do outro, permitindo ficar com três metros e meio na área do asfalto, e para as pessoas estacionarem o carro nos limites desse tracejado, de um lado e do outro. Vamos pôr Zona 30 – repito, Zona 30 – no Bairro do Restelo, partilhada com bicicletas – isto é, Zona 30, e depois tem assim um risco verde no meio, com bicicletas, um verdadeiro bairro. Vamos pôr almofadas de proteção, e nos quatro cruzamentos da Duarte Pacheco Pereira, também lá em cima, que depois dá acesso à escola, da Praça de Goa, vamos fazer aqueles quadrados sobrelevados, para as pessoas virem mesmo com juízo, e andar-se ali devagar, porque os carros estão estacionados dos dois lados, e portanto, vai ficar aquilo regulado, de uma forma muito mais segura.

Além disso, vamos permitir que os carros entrem pela Vasco da Gama quando descem para o bairro, lá para cima, sem ter de andar pela Rua das Lojas. E também o autocarro vai continuar, como já estava agora, a ir pela Rua dos Jerónimos, já não vai pela Rua Duarte Pacheco Pereira, vai pela Avenida da Torre, e depois para a Avenida do Restelo. Portanto, a paragem da Rua das Lojas fica na Rua de Pedrouços, aquele bocadinho que sobe ali, o autocarro não vai andar naquelas ruas, porque tinha dificuldade de passar, sempre, naquela situação. Só vai passar ali o autocarro pequeno da carreira do bairro – salvo erro, o 79-B.

E por isso mesmo, é uma melhoria que, em breve, vamos fazer ali, no Bairro do Restelo, que vai permitir – na prática, é como se fosse um condomínio, as pessoas andarem ali, realmente, devagar, poderem levar o carro até casa, com certeza, mas poderem também estacionar o carro à porta de casa, que era coisa que alguns, muito poucos, não queriam, e que tentaram fazer tudo e mais alguma coisa para que isso não fosse possível, mas, felizmente, nós conseguimos, e agora vamos concretizar este projeto, quanto à mobilidade sustentável.

Pronto, quanto a essa informação aí, repare uma coisa, estou a dizer, este é o relatório do Presidente da Junta, não é da Assembleia. Houve essa Assembleia, sobre a mobilidade, está bem, podia-se ter posto aqui, mas não era obrigatório, porque isto não é uma atividade da Junta, do dia a dia. É mais das atividades do Executivo, não é da Assembleia. A Assembleia é outro órgão, muito importante, que nos fiscaliza. Agora, não tem lógica estar no relatório do Presidente da Junta. Não tem lógica, eu não entendo que seja necessário. Podia estar também, com certeza, mas é tanta coisa que temos de pôr, há aqui tanta coisa que eu não ponho, e em que participo, não dá para pôr tudo. Isto é de manhã, até às tantas da noite.

Era só isso que eu gostaria de explicar.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Muito rapidamente, como estamos a chegar ao fim da ordem de trabalhos, só dar nota de que há um documento que faz parte do *dossier*, que não está aqui mencionado, que é o Estatuto do Direito de Oposição, do relatório de avaliação de 2024, e que eu queria só demonstrar o meu desagrado, pessoalmente, porque foi comigo, por causa do direito de consulta prévia, nós fomos realmente convocados, e fui eu convocada para estar presente, e devido a uma consulta médica de urgência – e foi realmente um ato de urgência – pedi para trocar a hora, inclusive dispus-me a falar com outros Partidos para alterar a hora e tentar ir mais tarde, em vez da hora marcada. Não houve esse *fair play* por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, tenho a resposta por escrito, e fiquei realmente desagrada de ver aqui que, com exceção do Partido Socialista, que por dificuldades de agenda, não conseguiu comparecer à reunião marcada para o efeito, é realmente uma pena que isto esteja aqui mencionado, uma vez que foi um pedido meu, por escrito, no dia 5 de dezembro – tenho aqui o registo – ao qual me responderam por telefone, que o Sr. Presidente não aceitava essa alteração.

Era só isto.

--- Presidente do Executivo ---

Sra. Arq.^a Patrícia, não, não é verdade. Não, não é verdade, e eu vou-lhe já dizer por quê. Isto, não vale tudo, eu sei o que se passou. Nós temos a nossa vida organizada, todos temos, e se me tivesse dito que iria conseguir, com outra força política, trocar o horário, tudo bem. Ouvi-a dizer uma coisa que não é verdade, está a atingir a minha honra, desculpe lá. Está a atingir a minha honra.

Eu marquei, é muito difícil arranjar, às vezes, espaço para toda a gente, em determinada altura. Eu queria cumprir o Estatuto do Direito de Oposição, e cumpri. E marquei as forças políticas para

um dia, às tantas horas. E toda a gente aceitou, com exceção do PS, que disse que não podia àquela hora, e pediu para eu alterar. Eu disse que não podia alterar para outra hora, tem de ser a essa hora. E ninguém me disse que o PS tinha dito que se falasse com outras forças. Se tivesse falado com outra força política e tivesse alterado a ordem, tudo bem, mas não foi isso que me chegou à minha informação. A minha informação, foi dito que queria alterar para outra hora, e eu, para outra hora, não tinha hipótese. É que não havia hipótese, estávamos em cima dos *timings*, em que eu não tinha mais hipóteses, no meu horário, para receber os senhores dos Partidos políticos.

E portanto, se me tivesse dito com clareza, se tivesse falado comigo, e dito isso... Agora, armar-se em vítima, e vir dizer essa história, não aceito, isso não é verdade. Se me tivesse dito que tinha trocado, eu tinha aceitado isso.

--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

Este relatório que aqui está é o cumprimento da Lei – é o cumprimento da Lei – não é um mérito político de quem o faz, é o dever de todos nós, de quem está na Junta, perante a Oposição, que neste caso, cabe àquelas Bancadas, noutras Juntas caberá aos Partidos que eu represento, ou que representam quem aqui está.

O que eu gostava que ficasse escrito em ata, para próximos anos, se calhar próximos mandatos, é que não nos fica mal irmos além dos mínimos. E isso, sim, tem mérito. E portanto, seja da parte das Sras. e Srs. Membros da Assembleia, seja pela parte da Junta, se calhar um esforço de irmos além dos mínimos, do dever, para facilitar o debate. Esse, sim, eu acho que merece ser reconhecido, e quando isso acontecer, contarão sempre comigo para reconhecer esse esforço.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Eu aproveito também para dar uma pequena informação, que me parece útil, tendo em conta aquilo que discutimos no início da nossa sessão.

Nos termos regimentais, do nosso Regimento da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Assembleia de Freguesia também deve dar informação sobre alguns pontos, e eu gostaria de falar apenas, muito brevemente, sobre um convite que me foi dirigido, a título pessoal, é certo, mas obviamente não deixo de ser Presidente em exercício desta Assembleia de Freguesia, para assistir às celebrações do 25 de abril, na Assembleia da República, nesta sexta-feira, o que farei com muita honra e orgulho, e queria disso também informar, nos termos regimentais, esta Assembleia de Freguesia, porque também dessa forma Belém e a freguesia, estaremos ali representados naquela ocasião.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 1.ª Sessão Ordinária

da Assembleia de Freguesia de Belém 2025 pela Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária